



JOSÉ NEGREIROS

DIREITO FEDERAL -

Lição de arrogância

EDUCAÇÃO

CORREIO BRAZILIENSE

Se não tivesse sido publicado pelo jornal, a gente não acreditava, tomava por piada. Isabel Maria Rocha, 24 anos, foi expulsa da União Pioneira de Integração Social (UPIS). O motivo é uma afronta: ela foi acusada de liderar uma greve contra o aumento da mensalidade em novembro do ano passado.

Para frequentar um curso de Direito, paga-se em média R\$ 600,00 ou três salários mínimos por mês. Pequena fortuna, faixa de renda da qual estão excluídos quase dois terços da população brasileira. É caro. Muito caro. Na UPIS, Direito é um curso que ainda não foi avaliado pelo governo, mas no julgamento dos alunos tem baixa qualidade, pois eles vivem em greve.

O diretor do negócio, isto é, da escola, Vicente Nogueira, não acha o Provão importante. Relevante, para ele, é o fato de a universidade ter ISO-9002, termômetro utilizado por empresas industriais. Soaria estranho no caso de um

educador, não de um comerciante. Quer dizer: a UPIS cobra caro, não entrega a mercadoria prometida e quando o cliente, ou melhor, o aluno reclama, a diretoria lhe aponta o caminho da porta da rua.

Ou seja, o curso de Direito, que deveria ensinar a defesa do direito, principalmente do direito do consumidor, já que se trata de uma fábrica, digo escola, dá aulas de intolerância. No laboratório da ÔPIS, leia-se UPIS, onde se deveria aprender o respeito às leis, ensinava-se como perseguir.

Segundo o **Correio Braziliense**, "os alunos acreditam que Isabela foi perseguida pela direção da faculdade por ela ter uma atitude de brigar por seus direitos. Ela já havia ganhado uma ação na Justiça contra a instituição para conseguir fazer disciplinas isoladas em turno diferente do que estava matriculada. Tal benefício foi estendido a todos os outros alunos. Seus colegas dizem que os diretores queriam se livrar de 'uma

pedra no sapato'. Segundo os colegas do Direito, Isabela é contestadora e às vezes se exalta, mas nunca ofendeu ninguém".

O **Correio** recebeu vários e-mails revoltados de cidadãos brasileiros que se sentem prejudicados pela forma arrogante com que a UPIS fatura seus cursos, atropela a liberdade individual, polícia o mais natural recurso ao Procon. O autor de um deles já decidiu: vai trocar de escola. O pai de uma aluna informa que sua filha se formará na UPIS graças a uma liminar. Isso significa que não é mais a frequência que garante a graduação ali, mas a interferência da Justiça.

Passada uma semana da denúncia, não se sabe o que o Ministério da Educação fez para punir uma escola que trata seus alunos com tanto deboche. Ele continua funcionando como se sua finalidade fosse educar. As provas de que virou outra coisa estão nas páginas do jornal. As testemunhas esperam a indignação de alguma autoridade.